



ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 165/2019 RP – N.º 129/2019
PROCESSO N.º 260/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDROS), COM CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, E AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (UMIDIFICADORES) E MATERIAL PERMANENTE (VÁLVULA REGULADORA COM FLUXOMETRO) PARA ATENDER AOS PACIENTES DO PHAD (PROGRAMA HUMANIZADO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR), PARA O DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA E PARA AS AMBULÂNCIAS QUE DÃO SUPORTE AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUARI/MG.

Tendo em vista o Termo de Referência encaminhado pelo Secretário Municipal de Saúde, considerar as seguintes alterações:

NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ONDE SE LÊ:

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de material de consumo (gás oxigênio medicinal em cilindros), com cilindros em regime de comodato, e aquisição de material de consumo (umidificadores) e material permanente (válvula reguladora com fluxometro) para atender aos pacientes do PHAD (Programa Humanizado de Atendimento Domiciliar), para o departamento de Atenção Básica e para as



Ambulâncias que dão suporte ao transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG.

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a aquisição de gás oxigênio medicinal comprimido, com grau de pureza de 99%, envasado em cilindros de 01 m³, 02 a 05 m³ e de 10 m³, bem como a válvula reguladora medicinal com fluxômetro, copo umidificador, cateter nasal, sonda e carrinho para transporte em caso de cilindro de 1m³, conforme necessidades identificadas, com entrega parcelada, cessão de comodato dos cilindros, incluindo instalação e manutenção devendo o fornecimento de oxigênio ocorrer em sistema de plantão 24 (vinte e quatro) horas e feito a entrega logo após o recebimento da solicitação através de contato telefônico ou e-mail, incluindo sábados, domingos e feriados, os quais serão utilizados visando atendimento de urgência e emergência dos pacientes acompanhados pelo Programa Humanizado de Atendimento Domiciliar (PHAD) e as ambulâncias pertencentes ao departamento da média e alta complexidade do município, por um período de 12 (doze) meses.

2. FINALIDADE

Este Termo de Referência tem por finalidade detalhar as condições necessárias para a aquisição de gás oxigênio medicinal e aquisição de (fluxômetros e umidificadores) para atender a demanda dos pacientes que necessitam dessa terapia e que são atendidos pelo PHAD e suporte ao transporte de pacientes das Ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG.

3. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação deste serviço em face ao interesse público de proporcionar melhor atendimento e saúde aos munícipes atendidos. O **oxigênio medicinal** sob forma de cilindro está cada vez mais sendo utilizado no tratamento de pacientes com insuficiência respiratória devido a sua grande eficácia comprovada.



O **oxigênio medicinal** melhora consideravelmente a saúde e a qualidade de vida do paciente reduzindo comprovadamente a necessidade de internações hospitalares. Normalmente o **oxigênio medicinal** é fornecido em seu estado gasoso e acondicionado em cilindros apropriados de alta pressão, sendo um serviço de extrema importância para sobrevivência do paciente que necessita dessa terapia e seu uso traz inúmeros benefícios essenciais para uma recuperação eficiente, diminuindo assim o número de internações durante seu uso prolongado. As descrições dos materiais a ser adquiridos estão detalhadas nas solicitações nº **4117, 4118, 4119 e 4145**, anexadas a esse Termo de Referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO:

O presente contrato tem amparo legal na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, publicado no D.O. De 18 de julho de 2002, Lei Municipal 3.794/2002, de 18 de novembro de 2002.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS OBJETOS E VALOR ESTIMADO

As quantidades previstas neste termo de referência consubstanciam a estimativa máxima de consumo pelo período do contrato, reservando-se ao município de Araguari/MG, o direito de adquirir o quantitativo de forma parcial ou integral conforme suas necessidades, sendo que os quantitativos estimados estão demonstrados nos quadros abaixo:

TRANSPORTE AMBULÂNCIAS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) – SOLICITAÇÃO: 4117 DOTAÇÃO: 02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.30.00			
PHAD (PROGRAMA HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOMICILIAR) – SOLICITAÇÃO: 4118 - DOTAÇÃO: 02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00			
ATENÇÃO BÁSICA – SOLICITAÇÃO: 4119 - DOTAÇÃO: 02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00			
TRANSPORTE AMBULÂNCIAS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) – SOLICITAÇÃO: 4145 DOTAÇÃO: 02.22.10.302.0028.2082.4.4.90.52.00			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL – EM CILINDROS DE 1 M ³ , EM REGIME DE COMODATO.	M ³	1.350
02	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL – EM CILINDROS DE 02 A 05 M ³ , EM REGIME DE COMODATO.	M ³	1.200
03	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL – EM CILINDROS DE 10 M ³ , EM REGIME DE COMODATO.	M ³	14.020
04	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO MEDICINAL	UND	30
05	VALVULA REGULADORA DE OXIGENIO MEDICINAL COM FLUXOMETRO.	UND	15



TOTAL SOLICITAÇÃO

R\$ 465.688,75

5.1. DESCRIÇÃO DETALHADA

A prestação de serviços de fornecimento continuado de gases industriais contempla: a retirada dos cilindros vazios, cedidos e próprios, e entrega dos cilindros abastecidos, cedidos e próprios, as respectivas manutenções preventivas e corretivas, e abastecimento dos cilindros fixos nos locais de suas instalações.

Os gases a serem fornecidos devem ter as especificações técnicas em explícita conformidade com a qualidade preconizada em compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, de acordo com os subitens 11.1 e 12.1 da Resolução ANVISA RDC nº 69/2008, atendendo o Anexo I, quanto às suas características.

Os gases industriais devem ser armazenados em cilindros os quais deverão seguir fielmente as especificações da ABNT (NBR 12.176) quanto ao transporte, às etiquetas, à rotulagem e às cores dos mesmos.

DEVERÁ TAMBÉM FORNECER OS CILINDROS EM SISTEMA DE COMODATO, PARA QUE SEJA FEITO A RECARGA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA / PHAD e DAS AMBULÂNCIAS, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, O FORNECIMENTO DEVERÁ OCORRER EM SISTEMA DE PLANTÃO 24 HORAS E FEITO A ENTREGA LOGO APÓS O RECEBIMENTO DA SOLICITAÇÃO, ATRAVÉS DE CONTATO TELEFÔNICO OU E-MAIL INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS.

Materiais que deverão acompanhar cilindro de Oxigênio:

- Carrinho para transporte em caso se cilindro de 1m³ para deslocamento dos pacientes;
- Válvula reguladora, fluxômetro, copo umidificador, sonda e cânula nasal de silicone com extensão de no mínimo 1.9m.
- Reparo e manutenção por conta da Contratada.

Do transporte dos gases

- 1- Todos os gases transportados pela COMPROMISSÁRIA devem estar adequadamente classificados, marcados e rotulados, conforme declaração emitida pela própria COMPROMISSÁRIA, constante na documentação de transporte (a classificação, a marcação e a de risco e manuseio são definidas na Resolução nº 420 de 12/02/2004 da ANTT, consolidada com



as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 701 de 25/8/04, nº 1644 de 26/9/06, nº 2657 de 15/4/08, nº 2975 de 18/12/08, nº 3383, de 20/01/10, nº 3.632 de 9/2/11, nº 3.648 de 16/3/11 e nº 3.763 de 26/1/12).

- 2- A marcação deve ser exibida em cada cilindro transportado de forma visível e legível, colocada sobre um fundo de cor contrastante à da superfície externa do cilindro e deve estar localizada distante de outras marcações existentes. Esta marcação é composta do nome apropriado do gás para embarque e do número ONU correspondente, precedido das letras “UN” ou “ONU”.
- 3- O rótulo de classe de risco do gás transportado deve estar afixado, de forma visível, em cada cilindro, próximo à marcação. Caso o cilindro tenha dimensões tão pequenas que os rótulos não possam ser satisfatoriamente afixados, eles podem ser colocados por meio de uma etiqueta aplicada ao equipamento. Cada rótulo deve ter o símbolo de identificação do risco, o número da classe ou subclasse e grupo de compatibilidade e, quando aplicável, o texto indicativo da natureza do risco. Além dos riscos aplicáveis à substância o rótulo deve conter também os símbolos de manuseio do equipamento.
- 4- Rótulos de risco devem estar também afixados à superfície exterior das unidades de transporte.
- 5- O transporte dos equipamentos e dos gases deverá ser realizado pela COMPROMISSÁRIA em caminhões especiais, seguindo o estabelecido no Decreto Lei N.º 96.044 de 18/05/88 do Ministério dos Transportes e na Resolução nº 420 da ANTT, consolidada com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 701 de 25/8/04, nº 1644 de 26/9/06, nº 2657 de 15/4/08, nº 2975 de 18/12/08, nº 3383, de 20/01/10, nº 3.632 de 9/2/11, nº 3.648 de 16/3/11 e nº 3.763 de 26/1/12).

Do abastecimento dos gases:

- 1- Os abastecimentos dos Gases Medicinais comprimidos deverão ser realizados, conforme solicitação dos RESPONSÁVEIS DOS DEPARTAMENTOS DE TRANSPORTE, PHAD E ATENÇÃO BÁSICA, do município de Araguari, MG, em no **máximo 24 (vinte quatro)** horas após a solicitação.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DE OBJETOS E/OU EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

- 6.1 - Os contratos de fornecimento de mercadorias ou serviço apenas estarão caracterizados após o recebimento pela CONTRATADA das Autorizações de



Fornecimento/serviço pela unidade requisitante, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho, que será enviada por meios eletrônicos, não sendo possível, a CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para retirá-la na SMS;

6.2 - As Autorizações de Fornecimento, consubstanciadas em arquivos PDFs, WORD ou outro tipo adequado de documento, deverão conter a data de expedição, Nº de Empenho, descrição do objeto requisitado, quantidade pretendida, preço unitário e total;

6.3 - As entregas das mercadorias ou serviços solicitados através das Autorizações de Fornecimento, com a respectiva Nota de Empenho, ficarão condicionadas à apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

6.3.1 - Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – CND/INSS;

6.3.2 - Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.3.4 - Certidões de comprovação de regularidade com as receitas Federal, Estadual e Municipal;

6.3.5 – Certidão negativa de falência e concordata;

6.3.6 – Certidão de contrato social (pessoa jurídica);

6.4 - Não será admitida a entrega pela CONTRATADA sem que esta esteja de posse da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EMPENHO respectiva;

6.5 - Os fornecimentos dos produtos/serviços pela contratada a contratante serão de acordo com a necessidade da Contratante, não caracterizando obrigação de contratação total;

6.6 – O fornecimento de oxigênio deverá ocorrer em sistema de plantão 24 (vinte e quatro) horas e feito a entrega logo após o recebimento da solicitação, através de contato telefônico ou e-mail, incluindo sábados, domingos e feriados;

6.7 - O local de entrega poderá ser alterado, assim como inseridos outros locais, sempre dentro do Município de Araguari/MG.

6.8 - Os produtos objeto do presente serão entregues pela CONTRATADA, de forma integral/parcial, conforme solicitado pelo requisitante, estando de acordo com as Notas de Autorização de Fornecimento, emitidas pelo Setor, devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93 e o seguinte:

6.8.1 - Não serão aceitas entregas de materiais ou produtos de outra marca que não seja a estabelecida no contrato, salvo em motivos de impossibilidade de fornecimento da marca e devidamente justificada e comprovada;



6.8.2 - Os produtos entregues devem respeitar o prazo mínimo de 80% do prazo de validade determinado pelo fabricante, não podendo ter o tempo de validade menor do que 12 meses a contar da data de entrega da mercadoria.

6.9 - O recebimento dos equipamentos deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação, sob a supervisão de um enfermeiro responsável pelo manuseio do equipamento das unidades citadas no item 5, deste termo de referencia;

6.9.1 - O material será recebido na forma prevista no art. 73, inciso ii da lei nº. 8.666/93;

6.9.2 - O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade cível a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-à se satisfeitas as seguintes condições:

- a) Material embalado, acondicionado e identificado, de acordo com a especificação técnica;
- b) Quantidades em conformidade com o estabelecido no edital;
- c) Entrega no prazo, no local e horário;

6.10 - O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto.

6.10.1 - O recebimento definitivo do material será:

- a) Após verificação física, feita por amostragem, que constate a integridade do produto;
- b) Após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do edital.

6.11 - No caso de consideradas insatisfatórias as condições do equipamento recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído pelo fornecedor, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento e de outras decorrentes da natureza dos fornecimentos/serviços a serem prestados;

7.2. Executar o serviço dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, responsabilizando-se por eventuais prejuízos;

7.3. Manter, durante a execução do objeto deste Edital, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com o Serviço Público, de conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e Lei Federal 10.520/02;



- 7.4. Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente Instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;
- 7.5. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento de produtos/serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas (custas), no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 7.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- 7.8. Responsabilizar-se pelos encargos do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, impostos, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, sempre que solicitados pela contratante;
- 7.9. Fornecer os produtos/serviços observando o critério de qualidade e em perfeitas condições de uso, validade adequada e em quantidade específica de cada pedido, em perfeito estado de conservação e funcionamento, respeitando todas as normas vigentes de comercialização, acondicionamento e transporte dos mesmos;
- 7.10. Providenciar imediatamente correção das deficiências apontadas pela Contratante durante a execução do contrato;
- 7.11. Cumprir todos os prazos de fornecimento;
- 7.12. Atender todas as solicitações de fornecimentos feitas pela **SMS/Araguari**, dentro do prazo de 2 horas;
- 7.13. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- 7.14. A CONTRATADA deverá atender as demais exigências previstas no Termo de Referência ANEXO ao edital.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- 8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios a serem definidos no edital;
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, afixando o prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados e por não cumprir os prazos de entrega estabelecidos em edital;
- 8.4. Informar por escrito, à Contratada do uso de materiais, necessidade de fornecimento imediato, bem como a necessidade de recolhimento e etc;
- 8.5. Dar aceite na Nota Fiscal de fornecimento;
- 8.6. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 8.7. Receber o produto/serviço objeto do contrato, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento contratual;
- 8.8. Designar servidor responsável para fiscalização e acompanhamento do contrato;
- 8.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos;
- 8.10. Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o fornecimento de bens/serviços que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que julgar insuficientes ou inadequados;
- 8.11. Aplicar à contratada as penalidades depois de constatadas às irregularidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 8.12. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- 8.13. Notificar a contratada, por escrito, seja via email, fax ou carta, sobre imperfeições, falhas, entregas incompletas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 8.14. Não obtido êxito nas notificações citadas acima, entregar notificação por escrito ao fornecedor/prestador de serviço, dando prazo de 72 horas para resolução do problema, não sendo solucionado entregar mais uma notificação com prazo de 48 horas e após, não sanada as pendências aplicar as medidas cabíveis e previstas no contrato.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



9.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado em 30 (trinta) dias a partir da entrada da Nota Fiscal devidamente atestada. A Nota Fiscal deverá atender às exigências dos Órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo de autorização para sua emissão e vir acompanhada da seguinte documentação:

9.1.1 - Nota fiscal contendo especificação dos itens e quantidades, sendo que a nota fiscal que não apresentar o exigido será devolvida e o pagamento será retido até que se faça a correção;

9.1.2 - Certidão de Tributos Relativos à Contribuições Previdenciárias e a Terceiros negativa ou positiva com efeito de negativa;

9.1.3 - Certificado de Regularidade do FGTS;

9.1.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.1.5 - Certidão Negativa de Débitos com a receita Municipal, Estadual e Federal;

9.1.6. Certidão Negativa de falência e concordata;

9.1.7. Certidão contrato social (pessoa jurídica);

9.2 - A efetivação do pagamento dar-se-á após a entrega da Nota Fiscal ao fiscal do contrato designado neste termo, que providenciará o recebimento provisório e definitivo do objeto e o devido atesto, em conformidade com as normas internas em vigor;

9.3 - O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta-corrente das licitantes vencedoras, através de ordem bancária em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito;

9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização financeira;

9.5 - Só será pago produto efetivamente fornecido, ou seja, concluído e de acordo com a autorização de fornecimento respectiva e Nota fiscal atestada como recebido. O pagamento poderá ser feito por item concluído a critério da Administração.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do Contrato serão exercidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, ficando a gestão e fiscalização do contrato a cargo do servidor **Ehmerson Thakeo Tamedá (Administrador da Secretaria de Saúde)**;

10.2. A fiscalização e recebimento das mercadorias ficarão a cargo dos coordenadores dos departamentos, Marislene Pulsena da Cunha Nunes –



Coordenadora Atenção Primária; Richardson Canedo Silverio – Departamento de Transporte; Eloina de Fátima Silva Amaral – Coordenadora do PHAD, ou qualquer outro indicado pelo Secretário de Saúde no Ato de designação de contratos em anexo a este termo de referência.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido, garantida a prévia defesa, aplicar-se-ão as seguintes sanções, obedecidos os seguintes critérios: 11.1.1 – Advertência, que será aplicada sempre por escrito, com prazo de 48 (quarenta e oito horas) para adimplir ou justificar a inexecução parcial ou total do pactuado, sob pena de aplicação das demais penalidades previstas;

11.1.2 – Multas, na forma prevista no Edital, sem prejuízo das demais sanções;

11.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Araguari/MG por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme estabelecido na Lei 10.520;

11.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

11.2.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado;

11.2.2 - 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou não cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

11.2.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir ou não cumprir o contrato;

11.3 – As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

11.4 - As multas previstas neste item será(ão) descontada(s) do(s) pagamento(s) devido(s) à empresa ou cobrada(s) amigavelmente na esfera administrativa e, quando for o caso, pelas vias judiciais;



11.5 – O adjudicatário será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais, e ainda será impedido de licitar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10520/02, nos seguintes casos:

11.5.1 - Se convocado durante o prazo de validade de sua proposta deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

11.5.2 - Deixar de assinar a Ata de Registro;

11.5.3 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.5.4 - Não manter a proposta;

11.5.5 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.6 – Além das sanções citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, no que couber às demais sanções referidas na seção III do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 (Dos crimes e das penas).

11.7 - As sanções previstas neste edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

11.8 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados no artigo 77 e seguintes da Lei Federal Nº 8.666/1993.

13. FORO

Fica eleito o foro desta cidade de Araguari/MG, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS



14.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser dirigido por escrito ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG, no endereço: R: Doutor Afrânio, N° 168, B: Centro; Araguari/MG; CEP: 38440-072; Telefone: (34) 3690-3214 ou e-mail: licitacaosaude2@gmail.com, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

14.2. O MUNICÍPIO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei n° 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

14.3. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1° do artigo 65 da Lei n° 8.666/93;

14.4. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei n° 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

14.5. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, renovação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o MUNICÍPIO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

14.6. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

14.7. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros,



produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se o MUNICÍPIO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos;

14.8. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo MUNICÍPIO ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término;

14.9. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade do MUNICÍPIO, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente;

14.10. A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93;

14.11. Na proposta deverá conter especificação clara e detalhada do produto/material/equipamento ofertado, indicando suas características, observando as especificações básicas e exigências contidas no edital, cotando preços unitários de cada item e o valor global de cada lote, em moeda nacional corrente, expresso em algarismos e por extenso, incluídos todos os encargos e despesas. O valor global de cada lote deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado na disputa de lances;

15. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato vigorará pelo prazo de 12 meses a contar da data de assinatura do contrato, com eficácia legal a partir da publicação no diário oficial do município e órgão da imprensa.

16. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Ata de Registro de Preços, Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item.

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

CARLOS EDUADO DE OLIVEIRA



19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da aquisição do objeto pactuado ocorrerão por conta de recurso:

Solicitação	Conta	Dotação
4117	624.055-3	02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.30.00
4118	624.055-3	02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00
4119	624.055-3	02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00
4145	624.055-3	02.22.10.302.0028.2082.4.4.90.52.00

Assim, tendo em vista a necessidade e amplitude dos produtos a serem adquiridos como mencionamos acima, pretende-se a contratação através de abertura de procedimento de compra na modalidade adequada.

ARAGUARI - MG, 25 DE OUTUBRO DE 2019.

GUILHERME AFONSO DE FIGUEIREDO MARTINS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEIA-SE:

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de material de consumo (gás oxigênio medicinal em cilindros), com cilindros em regime de comodato, e aquisição de material de consumo (umidificadores) e material permanente (válvula reguladora com fluxometro) para atender aos pacientes do PHAD (Programa Humanizado de Atendimento Domiciliar),



para o departamento de Atenção Básica e para as Ambulâncias que dão suporte ao transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG.

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a aquisição de gás oxigênio medicinal comprimido, com grau de pureza de 99%, envasado em cilindros de 01 m³, 02 a 05 m³ e de 10 m³, bem como a válvula reguladora medicinal com fluxômetro, copo umidificador, cateter nasal, sonda e carrinho para transporte em caso de cilindro de 1m³, conforme necessidades identificadas, com entrega parcelada, cessão de comodato dos cilindros, incluindo instalação e manutenção devendo o fornecimento de oxigênio ocorrer em sistema de plantão 24 (vinte e quatro) horas e feito a entrega e instalação em até 24 horas após o recebimento da solicitação através de contato telefônico ou e-mail, incluindo sábados, domingos e feriados, os quais serão utilizados visando atendimento de urgência e emergência dos pacientes acompanhados pelo Programa Humanizado de Atendimento Domiciliar (PHAD) e as ambulâncias pertencentes ao departamento da média e alta complexidade do município, por um período de 12 (doze) meses.

2. FINALIDADE

Este Termo de Referência tem por finalidade detalhar as condições necessárias para a aquisição de gás oxigênio medicinal e aquisição de (fluxômetros e umidificadores) para atender a demanda dos pacientes que necessitam dessa terapia e que são atendidos pelo PHAD e suporte ao transporte de pacientes das Ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG.

3. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação deste serviço em face ao interesse público de proporcionar melhor atendimento e saúde aos munícipes atendidos. O **oxigênio medicinal** sob forma de cilindro está cada vez mais sendo utilizado no tratamento de pacientes com insuficiência respiratória devido a sua grande eficácia comprovada.



O **oxigênio medicinal** melhora consideravelmente a saúde e a qualidade de vida do paciente reduzindo comprovadamente a necessidade de internações hospitalares. Normalmente o **oxigênio medicinal** é fornecido em seu estado gasoso e acondicionado em cilindros apropriados de alta pressão, sendo um serviço de extrema importância para sobrevivência do paciente que necessita dessa terapia e seu uso traz inúmeros benefícios essenciais para uma recuperação eficiente, diminuindo assim o número de internações durante seu uso prolongado. As descrições dos materiais a ser adquiridos estão detalhadas nas solicitações nº **4117, 4118, 4119 e 4145**, anexadas a esse Termo de Referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO:

O presente contrato tem amparo legal na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, publicado no D.O. De 18 de julho de 2002, Lei Municipal 3.794/2002, de 18 de novembro de 2002.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS OBJETOS E VALOR ESTIMADO

As quantidades previstas neste termo de referência consubstanciam a estimativa máxima de consumo pelo período do contrato, reservando-se ao município de Araguari/MG, o direito de adquirir o quantitativo de forma parcial ou integral conforme suas necessidades, sendo que os quantitativos estimados estão demonstrados nos quadros abaixo:

TRANSPORTE AMBULÂNCIAS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) – SOLICITAÇÃO: 4117 DOTAÇÃO: 02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.30.00			
PHAD (PROGRAMA HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOMICILIAR) – SOLICITAÇÃO: 4118 - DOTAÇÃO: 02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00			
ATENÇÃO BÁSICA – SOLICITAÇÃO: 4119 - DOTAÇÃO: 02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00			
TRANSPORTE AMBULÂNCIAS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) – SOLICITAÇÃO: 4145 DOTAÇÃO: 02.22.10.302.0028.2082.4.4.90.52.00			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL – EM CILINDROS DE 1 M ³ , EM REGIME DE COMODATO.	M ³	1.350
02	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL – EM CILINDROS DE 02 A 05 M ³ , EM REGIME DE COMODATO.	M ³	1.200
03	OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL – EM CILINDROS DE 10 M ³ , EM REGIME DE COMODATO.	M ³	14.020



04	UMIFICADOR PARA OXIGENIO MEDICINAL	UND	30
05	VALVULA REGULADORA DE OXIGENIO MEDICINAL COM FLUXOMETRO.	UND	15
TOTAL SOLICITAÇÃO			R\$ 465.688,75

5.1. DESCRIÇÃO DETALHADA

A prestação de serviços de fornecimento continuado de gases industriais contempla: a retirada dos cilindros vazios, cedidos e próprios, e entrega dos cilindros abastecidos, cedidos e próprios, as respectivas manutenções preventivas e corretivas, e abastecimento dos cilindros fixos nos locais de suas instalações.

Os gases a serem fornecidos devem ter as especificações técnicas em explícita conformidade com a qualidade preconizada em compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, de acordo com os subitens 11.1 e 12.1 da Resolução ANVISA RDC nº 69/2008, atendendo o Anexo I, quanto às suas características.

Os gases industriais devem ser armazenados em cilindros os quais deverão seguir fielmente as especificações da ABNT (NBR 12.176) quanto ao transporte, às etiquetas, à rotulagem e às cores dos mesmos.

DEVERÁ TAMBÉM FORNECER OS CILINDROS EM SISTEMA DE COMODATO, PARA QUE SEJA FEITO A RECARGA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA / PHAD e DAS AMBULÂNCIAS, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, O FORNECIMENTO DEVERÁ OCORRER EM SISTEMA DE PLANTÃO 24 HORAS E A ENTREGA E INSTALAÇÃO DEVERÁ SER FEITA EM ATÉ 24 HORAS APÓS O RECEBIMENTO DA SOLICITAÇÃO, ATRAVÉS DE CONTATO TELEFÔNICO OU E-MAIL INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS.

Materiais que deverão acompanhar cilindro de Oxigênio:

- Carrinho para transporte em caso se cilindro de 1m³ para deslocamento dos pacientes;
- Válvula reguladora, fluxômetro, copo umidificador, sonda e cânula nasal de silicone com extensão de no mínimo 1.9m.
- Reparo e manutenção por conta da Contratada.



Do transporte dos gases

- 6- Todos os gases transportados pela COMPROMISSÁRIA devem estar adequadamente classificados, marcados e rotulados, conforme declaração emitida pela própria COMPROMISSÁRIA, constante na documentação de transporte (a classificação, a marcação e a de risco e manuseio são definidas na Resolução nº 420 de 12/02/2004 da ANTT, consolidada com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 701 de 25/8/04, nº 1644 de 26/9/06, nº 2657 de 15/4/08, nº 2975 de 18/12/08, nº 3383, de 20/01/10, nº 3.632 de 9/2/11, nº 3.648 de 16/3/11 e nº 3.763 de 26/1/12).
- 7- A marcação deve ser exibida em cada cilindro transportado de forma visível e legível, colocada sobre um fundo de cor contrastante à da superfície externa do cilindro e deve estar localizada distante de outras marcações existentes. Esta marcação é composta do nome apropriado do gás para embarque e do número ONU correspondente, precedido das letras “UN” ou “ONU”.
- 8- O rótulo de classe de risco do gás transportado deve estar afixado, de forma visível, em cada cilindro, próximo à marcação. Caso o cilindro tenha dimensões tão pequenas que os rótulos não possam ser satisfatoriamente afixados, eles podem ser colocados por meio de uma etiqueta aplicada ao equipamento. Cada rótulo deve ter o símbolo de identificação do risco, o número da classe ou subclasse e grupo de compatibilidade e, quando aplicável, o texto indicativo da natureza do risco.
Além dos riscos aplicáveis à substância o rótulo deve conter também os símbolos de manuseio do equipamento.
- 9- Rótulos de risco devem estar também afixados à superfície exterior das unidades de transporte.
- 10- O transporte dos equipamentos e dos gases deverá ser realizado pela COMPROMISSÁRIA em caminhões especiais, seguindo o estabelecido no Decreto Lei N.º 96.044 de 18/05/88 do Ministério dos Transportes e na Resolução nº 420 da ANTT, consolidada com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 701 de 25/8/04, nº 1644 de 26/9/06, nº 2657 de 15/4/08, nº 2975 de 18/12/08, nº 3383, de 20/01/10, nº 3.632 de 9/2/11, nº 3.648 de 16/3/11 e nº 3.763 de 26/1/12).

Do abastecimento dos gases:

- 2- Os abastecimentos dos Gases Medicinais comprimidos deverão ser realizados, conforme solicitação dos RESPONSÁVEIS DOS DEPARTAMENTOS DE



TRANSPORTE, PHAD E ATENÇÃO BÁSICA, do município de Araguari, MG, em no **máximo 24 (vinte quatro)** horas após a solicitação.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DE OBJETOS E/OU EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 - Os contratos de fornecimento de mercadorias ou serviço apenas estarão caracterizados após o recebimento pela CONTRATADA das Autorizações de Fornecimento/serviço pela unidade requisitante, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho, que será enviada por meios eletrônicos, não sendo possível, a CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para retirá-la na SMS;

6.2 - As Autorizações de Fornecimento, consubstanciadas em arquivos PDFs, WORD ou outro tipo adequado de documento, deverão conter a data de expedição, Nº de Empenho, descrição do objeto requisitado, quantidade pretendida, preço unitário e total;

6.3 - As entregas das mercadorias ou serviços solicitados através das Autorizações de Fornecimento, com a respectiva Nota de Empenho, ficarão condicionadas à apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

6.3.1 - Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – CND/INSS;

6.3.2 - Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.3.4 - Certidões de comprovação de regularidade com as receitas Federal, Estadual e Municipal;

6.3.5 – Certidão negativa de falência e concordata;

6.3.6 – Certidão de contrato social (pessoa jurídica);

6.4 - Não será admitida a entrega pela CONTRATADA sem que esta esteja de posse da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EMPENHO respectiva;

6.5 - Os fornecimentos dos produtos/serviços pela contratada a contratante serão de acordo com a necessidade da Contratante, não caracterizando obrigação de contratação total;

6.6 – O fornecimento de oxigênio deverá ocorrer em sistema de plantão 24 (vinte e quatro) horas e feito a entrega e instalação em até 24 horas após o recebimento da solicitação, através de contato telefônico ou e-mail, incluindo sábados, domingos e feriados;

6.7 - O local de entrega poderá ser alterado, assim como inseridos outros locais, sempre dentro do Município de Araguari/MG.



6.8 - Os produtos objeto do presente serão entregues pela CONTRATADA, de forma integral/parcial, conforme solicitado pelo requisitante, estando de acordo com as Notas de Autorização de Fornecimento, emitidas pelo Setor, devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93 e o seguinte:

6.8.1 - Não serão aceitas entregas de materiais ou produtos de outra marca que não seja a estabelecida no contrato, salvo em motivos de impossibilidade de fornecimento da marca e devidamente justificada e comprovada;

6.8.2 - Os produtos entregues devem respeitar o prazo mínimo de 80% do prazo de validade determinado pelo fabricante, não podendo ter o tempo de validade menor do que 12 meses a contar da data de entrega da mercadoria.

6.9 - O recebimento dos equipamentos deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação, sob a supervisão de um enfermeiro responsável pelo manuseio do equipamento das unidades citadas no item 5, deste termo de referencia;

6.9.1 - O material será recebido na forma prevista no art. 73, inciso ii da lei n.º 8.666/93;

6.9.2 - O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade cível a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-à se satisfeitas as seguintes condições:

d) Material embalado, acondicionado e identificado, de acordo com a especificação técnica;

e) Quantidades em conformidade com o estabelecido no edital;

f) Entrega no prazo, no local e horário;

6.10 - O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto.

6.10.1 - O recebimento definitivo do material será:

c) Após verificação física, feita por amostragem, que constate a integridade do produto;

d) Após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do edital.

6.11 - No caso de consideradas insatisfatórias as condições do equipamento recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído pelo fornecedor, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento e de outras decorrentes da natureza dos fornecimentos/serviços a serem prestados;
- 7.2. Executar o serviço dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, responsabilizando-se por eventuais prejuízos;
- 7.3. Manter, durante a execução do objeto deste Edital, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com o Serviço Público, de conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e Lei Federal 10.520/02;
- 7.4. Assumir todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal necessário ao atendimento do objeto do presente Instrumento, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada;
- 7.5. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento de produtos/serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas (custas), no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 7.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- 7.8. Responsabilizar-se pelos encargos do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, impostos, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, sempre que solicitados pela contratante;
- 7.9. Fornecer os produtos/serviços observando o critério de qualidade e em perfeitas condições de uso, validade adequada e em quantidade específica de cada pedido, em perfeito estado de conservação e funcionamento, respeitando todas as normas vigentes de comercialização, acondicionamento e transporte dos mesmos;
- 7.10. Providenciar imediatamente correção das deficiências apontadas pela Contratante durante a execução do contrato;
- 7.11. Cumprir todos os prazos de fornecimento;
- 7.12. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar



ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- 8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios a serem definidos no edital;
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, afixando o prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados e por não cumprir os prazos de entrega estabelecidos em edital;
- 8.4. Informar por escrito, à Contratada do uso de materiais, necessidade de fornecimento, bem como a necessidade de recolhimento e etc;
- 8.5. Dar aceite na Nota Fiscal de fornecimento;
- 8.6. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 8.7. Receber o produto/serviço objeto do contrato, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento contratual;
- 8.8. Designar servidor responsável para fiscalização e acompanhamento do contrato;
- 8.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos;
- 8.10. Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o fornecimento de bens/serviços que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que julgar insuficientes ou inadequados;
- 8.11. Aplicar à contratada as penalidades depois de constatadas às irregularidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 8.12. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- 8.13. Notificar a contratada, por escrito, seja via email, fax ou carta, sobre imperfeições, falhas, entregas incompletas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 8.14. Não obtido êxito nas notificações citadas acima, entregar notificação por escrito ao fornecedor/prestador de serviço, dando prazo de 72 horas para resolução do problema, não sendo solucionado entregar mais uma notificação com



prazo de 48 horas e após, não sanada as pendências aplicar as medidas cabíveis e previstas no contrato.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado em 30 (trinta) dias a partir da entrada da Nota Fiscal devidamente atestada. A Nota Fiscal deverá atender às exigências dos Órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo de autorização para sua emissão e vir acompanhada da seguinte documentação:

9.1.1 - Nota fiscal contendo especificação dos itens e quantidades, sendo que a nota fiscal que não apresentar o exigido será devolvida e o pagamento será retido até que se faça a correção;

9.1.2 - Certidão de Tributos Relativos à Contribuições Previdenciárias e a Terceiros negativa ou positiva com efeito de negativa;

9.1.3 - Certificado de Regularidade do FGTS;

9.1.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.1.5 - Certidão Negativa de Débitos com a receita Municipal, Estadual e Federal;

9.1.6. Certidão Negativa de falência e concordata;

9.1.7. Certidão contrato social (pessoa jurídica);

9.2 - A efetivação do pagamento dar-se-á após a entrega da Nota Fiscal ao fiscal do contrato designado neste termo, que providenciará o recebimento provisório e definitivo do objeto e o devido atesto, em conformidade com as normas internas em vigor;

9.3 - O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta-corrente das licitantes vencedoras, através de ordem bancária em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito;

9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização financeira;

9.5 - Só será pago produto efetivamente fornecido, ou seja, concluído e de acordo com a autorização de fornecimento respectiva e Nota fiscal atestada como recebido. O pagamento poderá ser feito por item concluído a critério da Administração.



10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do Contrato serão exercidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, ficando a gestão e fiscalização do contrato a cargo do servidor **Ehmerson Thakeo Tamedá (Administrador da Secretaria de Saúde)**;

10.2. A fiscalização e recebimento das mercadorias ficarão a cargo dos coordenadores dos departamentos, Marislene Pulsena da Cunha Nunes – Coordenadora Atenção Primária; Richardson Canedo Silverio – Departamento de Transporte; Eloina de Fátima Silva Amaral – Coordenadora do PHAD, ou qualquer outro indicado pelo Secretário de Saúde no Ato de designação de contratos em anexo a este termo de referência.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido, garantida a prévia defesa, aplicar-se-ão as seguintes sanções, obedecidos os seguintes critérios: 11.1.1 – Advertência, que será aplicada sempre por escrito, com prazo de 48 (quarenta e oito horas) para adimplir ou justificar a inexecução parcial ou total do pactuado, sob pena de aplicação das demais penalidades previstas;

11.1.2 – Multas, na forma prevista no Edital, sem prejuízo das demais sanções;

11.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Araguari/MG por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme estabelecido na Lei 10.520;

11.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

11.2.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado;

11.2.2 - 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou não cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;



11.2.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir ou não cumprir o contrato;

11.3 - As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

11.4 - As multas previstas neste item será(ão) descontada(s) do(s) pagamento(s) devido(s) à empresa ou cobrada(s) amigavelmente na esfera administrativa e, quando for o caso, pelas vias judiciais;

11.5 - O adjudicatário será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais, e ainda será impedido de licitar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10520/02, nos seguintes casos:

11.5.1 - Se convocado durante o prazo de validade de sua proposta deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

11.5.2 - Deixar de assinar a Ata de Registro;

11.5.3 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.5.4 - Não mantiver a proposta;

11.5.5 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.6 - Além das sanções citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, no que couber às demais sanções referidas na seção III do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 (Dos crimes e das penas).

11.7 - As sanções previstas neste edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

11.8 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados no artigo 77 e seguintes da Lei Federal Nº 8.666/1993.



13. FORO

Fica eleito o foro desta cidade de Araguari/MG, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser dirigido por escrito ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Araguari/MG, no endereço: R: Doutor Afrânio, N° 168, B: Centro; Araguari/MG; CEP: 38440-072; Telefone: (34) 3690-3214 ou e-mail: licitacaosaude2@gmail.com, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

14.2. O MUNICÍPIO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei n° 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

14.3. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei n° 8.666/93;

14.4. O MUNICÍPIO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei n° 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

14.5. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, renovação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o MUNICÍPIO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

14.6. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou



demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

14.7. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se o MUNICÍPIO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos;

14.8. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo MUNICÍPIO ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término;

14.9. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade do MUNICÍPIO, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente;

14.10. A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93;

14.11. Na proposta deverá conter especificação clara e detalhada do produto/material/equipamento ofertado, indicando suas características, observando as especificações básicas e exigências contidas no edital, cotando preços unitários de cada item e o valor global de cada lote, em moeda nacional corrente, expresso em algarismos e por extenso, incluídos todos os encargos e despesas. O valor global de cada lote deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado na disputa de lances;

15. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato vigorará pelo prazo de 12 meses a contar da data de assinatura do contrato, com eficácia legal a partir da publicação no diário oficial do município e órgão da imprensa.



16. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Ata de Registro de Preços, Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item.

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

MARIANA FERREIRA VIEIRA

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da aquisição do objeto pactuado ocorrerão por conta de recurso:

Solicitação	Conta	Dotação
4117	624.055-3	02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.30.00
4118	624.055-3	02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00
4119	624.055-3	02.22.10.301.0028.2098.3.3.90.30.00
4145	624.055-3	02.22.10.302.0028.2082.4.4.90.52.00

Assim, tendo em vista a necessidade e amplitude dos produtos a serem adquiridos como mencionamos acima, pretende-se a contratação através de abertura de procedimento de compra na modalidade adequada.

ARAGUARI - MG, 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

GUILHERME AFONSO DE FIGUEIREDO MARTINS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



Em conformidade com o art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, o pregão deverá ser REPUBLICADO, designando nova data para sessão de entrega dos envelopes de propostas e documentação para o dia:

27 de DEZEMBRO de 2019, até às 13:30 horas.

Ficam mantidas as demais condições estabelecidas no Ato convocatório.

Dê ciência aos interessados.

Publique-se.

Araguari, 12 de dezembro de 2019.

Guilherme Afonso de Figueiredo Martins
Secretário Municipal de Saúde

Rosana Aparecida Pereira Arcelino
Pregoeira